

MERCOSUL E PARLASUL: ANÁLISE DAS CONDICIONANTES QUE CONCORREM PARA DETERMINAR AVANÇOS E RECUOS NA INTEGRAÇÃO

Rafael Bernardo Silveira ¹ 

Carlos José Espíndola ² 

Destaques:

- O processo de formação institucional do Parlamento do MERCOSUL.
- A influência da chegada ao poder de governantes progressistas na região a partir do início do século XXI e o MERCOSUL.
- A relação do cenário econômico com o desenvolvimento do bloco.
- Os fatores geopolíticos que influenciam nos avanços e recuos institucionais do MERCOSUL E PARLASUL.
- O *lawfare* contra governantes progressistas na América do Sul.

Resumo: O estabelecimento do PARLASUL tendo como base a antiga Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL em dezembro de 2006 constituiu um avanço para o bloco, aliado a outras inovações institucionais promovidas a partir dos anos 2000. Contudo, os países membros deste sofrem constantemente com a ocorrência de golpes parlamentares, judiciais e militares como os ocorridos recentemente na Bolívia, Brasil, Paraguai para além dos fatores internos em torno das disputas políticas locais e cenário macroeconômico. Neste sentido, o objetivo deste artigo é relacionar os fatores internos e geopolíticos responsáveis pelas limitações ao pleno desenvolvimento do MERCOSUL e do PARLASUL enquanto instância política do bloco. Em tal conjuntura, busca-se desvendar, com base no levantamento bibliográfico e coleta de dados, os principais determinantes responsáveis pelos avanços e recuos decorridos em especial ao longo século XXI. A conclusão geral é que há um conjunto de fatores de ordem de organização institucional, econômicos (internos e externos) e geopolíticos, que, combinados, tem o poder de influir no sentido de possibilitar o desenvolvimento, ou, ao contrário, de retardar o mesmo.

Palavras-chave: Mercosul; Parlasul; Geopolítica; América do Sul; Integração.

MERCOSUR AND PARLASUR: ANALYSIS OF CONDITIONS THAT COMPETE TO DETERMINE ADVANCES AND RETREATS IN INTEGRATION

Abstract: The establishment of PARLASUR, based on the former MERCOSUR Joint Parliamentary Committee in December 2006, represented an advance for the bloc, together with other institutional innovations promoted since the 2000s. However, its member countries constantly suffer from the occurrence of parliamentary, judicial, and military coups, such as those that occurred recently in Bolivia, Brazil, Paraguay, in addition to the internal factors concerning local political disputes and the macroeconomic scenario. Therefore, the purpose of this study is to relate the internal and geopolitical factors that account for the limitations to the full development of

¹ Pós doutorando na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFC). E-mail: rafael.silveira@ifc.edu.br

² Professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: carlospindola@ufsc.br

MERCOSUR and PARLASUR as a political authority of the bloc. At such a conjuncture, we seek to unveil, based on bibliographic survey and data collection, the main determinants that account for the advances and setbacks, especially throughout the 21st century. The general conclusion is that there is a set of institutional, economic (internal and external) and geopolitical factors, which, combined, have the power to influence either by enabling or delaying development.

Keywords: Mercosur; Parlasur; Geopolitics; South America; Integration.

MERCOSUR Y PARLASUR: ANÁLISIS DE CONDICIONES QUE COMPITEN PARA DETERMINAR AVANCES Y RETROCESOS EN LA INTEGRACIÓN

Resumen: La constitución del PARLASUR a partir de la ex Comisión Parlamentaria Mixta del MERCOSUR en diciembre de 2006 fue un avance para el bloque, junto con otras innovaciones institucionales impulsadas a partir de la década del 2000. Sin embargo, sus Estados Parte sufren constantemente la ocurrencia de golpes parlamentarios, judiciales y militares, como los recién ocurridos en Bolivia, Brasil, Paraguay, además de los factores internos por motivos de disputas políticas locales y el escenario macroeconómico. En ese sentido, el objetivo de este artículo es relacionar los factores internos y geopolíticos que representan las limitaciones al pleno desarrollo del MERCOSUR y del PARLASUR como instancia política del bloque. En tal coyuntura, buscamos presentar, a partir de la investigación bibliográfica y la recopilación de datos, los principales determinantes que representan los avances y retrocesos ocurridos sobre todo en el siglo XXI. La conclusión general es que existe un conjunto de factores institucionales organizativos, económicos (internos y externos) y geopolíticos que, combinados, tienen el poder de influir en el sentido de posibilitar o retrasar el desarrollo.

Palabras clave: Mercosur; Parlasur; Geopolítica; América del Sur; Integración.

INTRODUÇÃO

A Declaração de Iguazu, firmada pelos então presidentes José Sarney (Brasil) e Raúl Afonsín (Argentina) em 30 de novembro de 1985, em contexto geopolítico do reestabelecimento democrático em ambas as nações pode ser considerado como o movimento que levaria, anos depois, à criação do MERCOSUL.

A oficialização do processo de integração mais ampliado, alargado primeiramente para Paraguai e Uruguai se daria através da assinatura do Tratado de Assunção (em março de 1991), pelo qual se estabeleceu o Mercado Comum do Cone Sul – MERCOSUL, objetivando integração econômica dos seus Estados membros.

Ao passo que os anos 1990 marcariam a consolidação jurídico-burocrática do novo bloco, este se ampliaria e adquiriria relevância política a partir dos anos 2000 - por um conjunto de fatores, dos quais é importante se

destacar a eleição de uma série de governos de centro-esquerda e esquerda na região e a implantação de políticas que visavam o aprofundamento tanto das relações intrabloco, como a busca por parcerias econômicas e laços institucionais com o sul geopolítico como um todo.

Como uma das consequências da maior relevância que o MERCOSUL adquiriu a partir dos anos 2000, a criação de um parlamento vinculado ao bloco se concretizaria entre os anos de 2006 e 2007, em certa medida tendo como inspiração o modelo do Parlamento Europeu em relação à União Europeia.

O PARLASUL, como viria a ser nomeado o Parlamento do MERCOSUL, a despeito de estar jurídica e politicamente constituído, sofre constantemente com as turbulências políticas que decorrem em seus Estados, dada a supremacia do elemento intergovernamental no bloco e as influências de ordem geopolíticas externas.

O objetivo deste artigo é relacionar os fatores internos e geopolíticos responsáveis pelas limitações ao pleno desenvolvimento do MERCOSUL e do PARLASUL enquanto instância política do bloco. O trabalho é composto, além da introdução e da conclusão, de três seções, a primeira perfaz um breve resgate histórico da constituição MERCOSUL e do seu Parlamento e as outras duas abordam os fatores internos e geopolíticos que atuam sobre o bloco.

O texto foi desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica e documental oriundas de fontes primárias e secundárias. Buscaram-se, ainda, informações documentais nos arquivos digitais do MERCOSUL e do PARLASUL.

O MERCOSUL E SEU PARLAMENTO

A gênese do Parlamento do MERCOSUL apresenta estreita relação com a formação do bloco do qual pretende ser a instância legislativa, tendo seu marco inicial a partir de metade da década de 1980 com a aproximação entre os novos governos civis de Argentina (Raúl Afonsín) e Brasil (José Sarney), que levaria assinatura do protocolo denominado “Declaração de Iguazu”, prevendo ações de integração de cunho econômico entre ambos países, e que, ineditamente, contava para além da participação das estruturas do poder executivo também a presença dos legislativos de ambos os países, se criando a “Comissão

Parlamentar Conjunta de Integração”, que pode, portanto, ser considerada o ponto inicial do atual Parlamento do MERCOSUL.

No seguimento do processo de integração econômica entre Argentina e Brasil, a Ata de Buenos Aires (julho de 1990) previu para 31 de dezembro de 1994 a entrada em vigor do Mercado Comum entre Argentina e Brasil, porém, antes que tal prazo se concretizasse um novo encontro internacional, contando também com a participação dos governos do Paraguai e Uruguai ampliou a abrangência da integração e culminou no Tratado para a Constituição de um Mercado Comum, ou apenas Tratado de Assunção, assinado em março de 1991 e através do qual se criava o Mercado Comum do Cone Sul – MERCOSUL.

O período de transição e instalação do MERCOSUL teve final quando da assinatura do Tratado de Ouro Preto, o qual formalmente estabeleceu o bloco e reorganizou seus órgãos: Conselho do Mercado Comum, Grupo do Mercado Comum, Comissão de Comércio, Comissão Parlamentar Conjunta, Foro Consultivo Econômico-social e Secretaria Administrativa.

Os primeiros anos de existência do MERCOSUL, que se estendem até o início dos anos 2000, são marcados, tanto na organização política como na questão econômica, pela ascensão do neoliberalismo em toda a região através de governos de orientação de centro-direita que chegam ao poder pela via democrática liberal. Reflexo de tal realidade, a implantação do bloco em tal período remeteu principalmente às questões de foro econômico e de subordinação aos países do centro do sistema capitalista, em especial aos EUA.

A partir do final dos anos 1990 se processaria uma grande mudança no perfil dos governos não apenas dos países integrantes do MERCOSUL, mas por toda a América Latina. Mamigonian (2006) aponta que o desastre do modelo neoliberal levaria a mobilizações, protestos e as revoltas populares, e estas se traduziram em resultados eleitorais, levando à ascensão de governos nacionalistas, entre outros, na Venezuela e na Argentina.

Para além dos casos de Argentina e Venezuela, nos anos 2000 se alastraria pela América do Sul (e Latina como um todo) uma série de governos eleitos sob plataformas de esquerda. Sob a liderança – em especial, de

Argentina e Brasil³, através da figura dos presidentes Lula da Silva e Nestor Kirchner, o MERCOSUL e outras iniciativas de integração regional passaram a pautar as relações geopolíticas do subcontinente. A integração regional, impulsionada pela nova realidade política⁴, permitiu que o MERCOSUL se ampliasse para Venezuela e Bolívia (cuja adesão plena ainda está pendente de análise pelo Senado brasileiro), além de agregar os demais países da América do Sul na condição de “associados”⁵, e, este passaria a priorizar as relações econômicas sul-sul geopolítico, com o continente africano e a Ásia.

Dentro dessa nova realidade que se processa a transformação da então Comissão Parlamentar Conjunta (CPC) em Parlamento do MERCOSUL. Entre os anos de 2003 e 2005 a Comissão Parlamentar Conjunta negociou com o Conselho do Mercado Comum a criação do que viria a se tornar o Parlamento do MERCOSUL, até que dezembro de 2005 os Chefes de Estado do bloco assinaram a Decisão 23/05, que criava protocolo constitutivo do Parlamento do MERCOSUL. Durante o ano de 2006 os Parlamntos Nacionais dos Estados

³ A eleição de Lula da Silva no Brasil possibilitou um momento até então não vivenciado na história do MERCOSUL e suas instituições. Detendo a maior economia, população e território da região o país naturalmente assume uma liderança, ainda que não formal do bloco. Desde o início desse novo governo houve a reafirmação de que a prioridade da política externa era a América do Sul. Essa redefinição do papel da região passava pelo fortalecimento das relações com dois países considerados estratégicos: Argentina, que era e permanece seu principal parceiro no MERCOSUL; e Venezuela, que sob o governo de Hugo Chávez apresentava um realinhamento ideológico (anti-hegemônico) de alguma maneira adequado ao novo projeto brasileiro. Essa mudança de postura foi possível graças a uma convergência de fatores favoráveis. O primeiro deles foi a eleição de governos de perfil político de centro-esquerda que facilitou o diálogo e a aproximação entre esses governantes, especialmente porque compartilhavam uma percepção positiva em relação ao processo de integração regional (DESIDERÁ NETO, 2014, p. 53).

⁴ O Ministro das Relações Exteriores do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, embaixador de carreira Antonio Patriota, sintetiza o momento vivido no período entre a eleição e posse do presidente Lula, apontando a mudança de entendimento quanto ao MERCOSUL e mais amplamente, sobre as relações sul-sul. “O que estava sobre a mesa naquele momento [2003] era um projeto liderado pelos Estados Unidos, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), e mecanismos de coordenação preexistentes, entre os quais a Organização dos Estados Americanos (OEA). O MERCOSUL já existia, mas com uma composição menor e abrangência limitada. Havia a Comunidade do Caribe (CARICOM), um esforço de integração centro-americana, e o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), entre Canadá, Estados Unidos da América e México. A política externa do presidente Lula lançou novo olhar sobre essa região. Em primeiro lugar, identificou a América do Sul como espaço privilegiado de atuação da diplomacia brasileira” (PATRIOTA, 2013, p. 18).

⁵ Nesse período se procede a alteração do nome do bloco, excluindo-se a expressão “Cone Sul”, uma vez que houve o alargamento para outras áreas da América do Sul para além da região do “cone”.

Membros analisaram e aprovaram o Protocolo Constitutivo internamente, pré-requisito para a efetivação da nova instituição.

Finalizadas as formalidades jurídicas internas dos quatro Estados membros, com a aprovação nacional do protocolo constitutivo do Parlamento do MERCOSUL e a indicação dos representantes de cada nação, ocorreu então, em 14 de dezembro de 2006, em Brasília, a instalação oficial do Parlamento do MERCOSUL.

A sede do Parlamento do MERCOSUL foi estabelecida em Montevideu, no Uruguai, local em que no dia 07 de maio de 2007 ocorreu a sessão de instalação do Parlamento com a posse dos primeiros parlamentares, tendo a nova instituição a tarefa de passar a eleger através de eleições diretas os seus membros, tarefa essa ainda pendente. Com instalação do Parlamento do MERCOSUL a Comissão Parlamentar Conjunta foi extinta, passando as suas atribuições e outras novas ao recém-criado PARLASUL.

O cenário político, contudo, passaria a se alterar a partir da segunda metade da década de 2010, em meio ao processo da gradativa institucionalização do PARLASUL. Em 2012, o congresso paraguaio, dominado pela oposição de direita ao presidente Fernando Lugo, cassa seu mandato em um processo supostamente institucionalizado, que durou menos de 48 horas. O país seria então excluído do MERCOSUL por quebra da cláusula democrática e somente retornaria ao bloco anos depois com a realização de eleições. Na Argentina há uma mudança da orientação ideológica do governo pela via eleitoral, nas eleições de novembro de 2015 a direita neoliberal vence, com pequena margem de votos, através de Mauricio Macri e promove uma mudança nas políticas de integração com seus parceiros de bloco.

O modelo de golpe utilizado no Paraguai seria logo repetido para o Brasil, através da deposição da presidenta Dilma Rousseff (2016), o novo governo, de orientação conservadora e alinhado aos ditames de Washington, rapidamente articulou com Argentina e Paraguai para suspender a Venezuela do bloco.

Com as mudanças de governo nos dois maiores sócios do MERCOSUL se estabelece uma nova conjuntura e outras prioridades, para além da suspensão ilegal da Venezuela do bloco, o bloco passa novamente a se orientar para as relações com os países centrais do sistema. A formalização de um acordo,

flagrantemente nocivo, de livre comércio com a União Europeia (junho de 2019) é um exemplo contumaz de tal. A volta da agenda neoliberal em parte relevante dos governos da região tem contribuído para o esfriamento das relações sul-sul e o enfraquecimento do MERCOSUL enquanto instituição voltada ao desenvolvimento autônomo dos seus Estados partes e associados, refletindo em uma paralisia do processo de avanço institucional como um todo, em especial no PARLASUL. A eleição do progressista Alberto Fernandez na Argentina, tendo como vice a antiga presidenta Cristina Kirchner, em outubro de 2019, pode significar um novo alento ao bloco, a se verificar no futuro próximo.

FATORES INTERNOS E GEOPOLÍTICOS QUE ATUAM NO DESENVOLVIMENTO DO PARLASUL

Para a elaboração de uma síntese relativa aos avanços e recuos na consolidação do MERCOSUL, e do seu órgão parlamentar, o entendimento dos acontecimentos econômicos da região e do mundo é elemento primordial, ressaltando ainda que tal elemento não é um ente isolado dos demais, mas acompanhado das disputadas por poder nos níveis local, regional e global e seus múltiplos atores. O cenário econômico da região que hoje perfaz o MERCOSUL, entre os anos 1980 e 1990, é o da imposição das políticas neoliberais oriundas de organismos ditos multinacionais, como o FMI e Banco Mundial, mas que na prática agem como prepostos dos interesses dos EUA.

O MERCOSUL nasce, pois, no período da expansão da ideologia neoliberal na região e por este motivo com recorte claramente econômico e não voltado à integração política e social. A partir dos anos 1990 os países da região são compelidos a manutenção de taxas cambiais que favorecem a entrada de produtos importados, em especial os de mais avançada tecnologia, causando uma desindustrialização generalizada, com o conseqüente desemprego. Os esforços industrializantes das décadas anteriores são desfeitos, pois, a globalização liderada pelos países desenvolvidos visava transformar toda a região em um imenso mercado consumidor de produtos importados.

A partir de 1980, a economia latino-americana começou a ser estrangulada financeiramente e comercialmente. Os EUA, a partir do governo Reagan (1981-88), comandaram esse processo em toda a América Latina

conforme demonstrou Mamigonian (2006). A política de ajustamento imposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), via políticas fiscais e monetárias restritivas e desvalorizações cambiais visando aumentar as exportações e reduzir as importações, resultou na recessão econômica da região ao longo dos anos de 1980. Nos anos 1990, as políticas neoliberais implementadas pelos países latino-americanos resultaram na queda dos indicadores econômicos, com destaque para o aumento da desigualdade e da pobreza na maioria dos países. Entre 1998-2003, enquanto o PIB regional cresceu apenas 1,4%, o PIB per capita despencou para (-) 0,1%. Já a dívida externa da região passou de US\$ 150 bilhões em 1978 para US\$ 332,3 bilhões em 1983 (ESPÍNDOLA, 2019; MUNHOZ, 2002).

Ao final dos anos 1990 ocorrem uma série de crises econômicas, com o esgotamento do modelo neoliberal. Em 1998, começa a crise cambial no Brasil, que foi relativamente de menor magnitude do que dos seus vizinhos. Em 1999 o PIB argentino entra em recessão, levando a crise cambial e ao desemprego em massa em uma economia dolarizada. O Equador entrou em crise profunda no mesmo ano e teve que recorrer à um empréstimo draconiano do FMI. O Uruguai igualmente foi ao FMI em 2002, ano em que os impactos do El Niño foram avassaladores à economia do Peru e Equador, que também haviam aplicado a cartilha neoliberal à risca (POZZO, 2009). No Uruguai, o PIB US\$ 2,0 bilhões, em 1998, decaiu para 1,9 bilhão, em 1999. O déficit na balança de pagamentos da ordem de US\$ 580 milhões subiu para US\$ 605 milhões. Enquanto na Bolívia, os índices de pobreza atingiam 63% da população, especialmente a de origem indígena (BANDEIRA, 2002).

A globalização neoliberal imposta à região promoveu o avanço das privatizações, a flexibilização das leis trabalhistas, a precarização do trabalho, a desregulamentação do movimento dos capitais financeiros, entre outros fatores. A desindustrialização de uma região que não havia sequer concluído seu processo industrializante foi marcante. As transferências efetivas de riqueza para a esfera financeira, consequência da abertura aos mercados ricos, outorgaram um caráter predominantemente rentista às economias locais, que cresciam a partir de operações baseadas em lucros puramente financeiros, sem

passar por investimentos produtivos; se tratava de uma atividade especulativa, que não gera riqueza nem valor (ARROYO, 2015).

A desregulamentação do movimento dos capitais financeiros levou à duas grandes violências ou tiranias que se constituem como base da globalização neoliberal, em seu caráter perverso: o dinheiro em estado puro, ao qual todas as economias nacionais são chamadas a se adaptar, e a informação comandada por um pequeno grupo de grandes empresas que se dedicam a produção de notícias de caráter pouco imparcial, sempre tendendo para os donos do capital, levando aquele período à criação de um discurso⁶ único sobre a globalização, narrativa por certo positiva, base dos novos totalitarismos – isto é, dos globalitarismos (SANTOS, 2000).

Depois de duas décadas perdidas para a América Latina, o modelo neoliberal imposto pelos EUA esgotou-se num grande desastre econômico-social. Nos anos 1998-2003 as mobilizações, os protestos e as revoltas populares se traduziram em resultados eleitorais, que levaram à ascensão de governos nacionalistas na Venezuela e na Argentina, em nítida ruptura com o imperialismo (MAMIGONIAN, 2006). Conforme sintetizado no Quadro 1, entre 1999 e 2008 quase todos os países da América do Sul elegeram novos governos de orientação nacionalista, desenvolvimentista ou socialista, que mudaram o rumo político-ideológico do continente. Todos os novos governos mudaram, quase imediatamente, a política externa do período anterior e passaram a apoiar ativamente a integração autônoma da América do Sul, opondo-se ao intervencionismo norte-americano no continente (FIORI, 2011).

⁶ As agências transnacionais de informação financeira representam, do ponto de vista geográfico, um controle externo de notícias e informações que incidem no território de determinado país, como vetores verticais que reorganizam e desorganizam o território nacional sob a lógica de agentes hegemônicos dos países centrais. O mesmo ocorre para o caso das agências de classificação de risco, que determinam normas para a gestão e os investimentos públicos. Nos campos de disputa pela informação se constrói um forte discurso de justificação e convencimento do projeto globalizante neoliberal (ARROYO, 2015; PASTI; SILVA, 2013).

Quadro 1 - Governos progressistas eleitos na América do Sul desde 1999

Ano da eleição	País	Governante eleito	Período
1999/2001/2006/2012	Venezuela	Hugo Chávez	1999–2013
2002/2006	Brasil	Lula da Silva	2003–2010
2003	Argentina	Nestor Kirchner	2003–2007
2004 / 2014	Uruguai	Tabaré Vasquez	2005–2010/2015–2020
2005	Bolívia	Evo Morales	2006–2019
2005 / 2013	Chile	Michelle Bachelet	2006–2011/2014–2018
2006/2009/2012	Equador	Rafael Correa	2007–2017
2007/2011	Argentina	Cristina Kirchner	2007–2015
2008	Paraguai	Fernando Lugo	2008–2012
2009	Uruguai	Pepe Mujica	2011–2015
2010/2014	Brasil	Dilma Rousseff	2011–2016
2011	Peru	Ollanta Umala	2011–2016
2013/2018	Venezuela	Nicolás Maduro	2013–2024
2017*	Equador	Lenin Moreno	2017–2021
2019	Argentina	Alberto Fernandez	2019–2023
2020	Bolívia	Luis Arce	2020–2024
2021	Peru	Pedro Castillo	2021–2021

Fonte: Os autores.

* Lenin Moreno foi incluso pois foi eleito sob a plataforma do seu antecessor Rafael Correa, contudo, logo após a posse abandonou todo o programa de campanha e passou a aplicar a cartilha da direita neoliberal e o *lawfare* contra seus antigos aliados progressistas.

Com a chegada ao poder dessa variada legião de governantes progressistas ou de esquerda, não apenas o MERCOSUL, como outros projetos de integração da América do Sul e Latina ganharam um novo impulso, em especial com a liderança da diplomacia presidencial das duas principais economias da região: Argentina e Brasil. Uma das grandes prioridades da política externa do governo Lula, que tomou posse em janeiro de 2003, foi o aprofundamento das relações do Brasil com os países vizinhos. Desde o início do governo, a integração sul-americana consolidou-se como um dos principais eixos de atuação da política exterior, tendo sido inserida em um novo modelo de regionalismo, mais voltado para a concertação política e para a interlocução entre os países, passando por temas sociais e energia, indo além do tradicionalismo da integração restrita ao âmbito econômico-comercial (LEÃO, 2016). Outro fator contributivo foi uma ação menos explícita e intensiva dos EUA na região durante a primeira década do século XXI (governo de Georg W.

Bush), uma vez que pelo viés econômico tal governo não era grande entusiasta da liberalização globalizante (o que contribuiu para o enterro do projeto da ALCA), e, no viés geopolítico estava com suas prioridades centradas para o continente asiático (com destaque para as invasões do Afeganistão e Iraque e a autodenominada “guerra ao terror”).

O Brasil, enquanto país com maior território, economia e população da região, passou, pois, e associar o seu destino e dos seus vizinhos como uma realidade interdependente e de respeito mútuo. Surgem iniciativas como a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), a União das Nações Sul-americanas (UNASUL) e a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC). Com a expansão do MERCOSUL, a criação da Unasul e do Conselho Sul-americano de Defesa reduziu-se a importância do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e da Junta Interamericana de Defesa, criados e sustentados com auspícios dos Estados Unidos (ARROYO, 2015; FIORI, 2014).

A integração regional, impulsionada pela nova realidade política, permitiu que o MERCOSUL se ampliasse para Venezuela e Bolívia (cuja adesão plena ainda não se concretizou), além de agregar os demais países da América do Sul na condição de “associados”.

Não por acaso, neste período se formaliza o Parlamento do MERCOSUL em substituição à anterior CPC, em momento em que três dos então quatro Estados membros eram governados por partidos de esquerda (Fernando Lugo seria eleito no Paraguai pouco tempo após).

No campo macroeconômico, as políticas implantadas pelos diversos governos de caráter progressistas apresentavam uma série de similaridades, mas também um conjunto de contradições.

Alegorias antiliberais e pós-liberais convivem com enredos liberais e vice-versa. É, naturalmente, um erro analítico identificar antiliberalismo ou pós-liberalismo em países que mantêm elevado grau de liberalização econômica, independentemente do ativismo das políticas públicas (GONÇALVES, 2017, p. 5).

Coexistiram, pois “modelos econômicos liberais com políticas sociais (pali)ativas, inclusive, aquelas focalizadas na desigualdade e na pobreza”. Assim

é difícil classificar esses países no esquema simplificado liberal, pós-liberal ou antiliberal haja vista a ausência de mudanças estruturais na economia em alguns dos países da região ao longo desse período.

Mesmo sem mudanças estruturais é inegável que do ponto de vista econômico a América do Sul apresentou uma melhora dos índices econômicos que se traduziu na aceleração do crescimento associado a uma melhor distribuição de renda e uma redução da pobreza (ESPÍNDOLA, 2019). Igualmente o processo de integração pelos variados organismos existentes, se não foi revolucionário, teve um avanço significativo e até então inédito, que possibilitou superar a mera busca por acordos comerciais e tarifários na direção de um planejamento de desenvolvimento econômico, social e diplomático de longo alcance.

Sob o aspecto econômico, as crises cambiais do final dos anos 1990, se por um lado tiveram efeitos sociais devastadores para a região, provocariam um ajuste das contas correntes, que possibilitaria o chamado boom das exportações de commodities no período seguinte, quando da valorização destas no mercado internacional a partir de 2003/2004⁷. Aliado ao crescimento das exportações, haveria ao longo do período políticas de promoção do emprego e ganhos reais às classes trabalhadoras, gerando um virtuoso que tinha reflexos nos índices de consumo e produção internos. Em um processo de causa-consequência, deu-se a formação de reservas cambiais robustas e a redução dos índices do “risco-país”, que possibilitavam atrair mais investimentos estrangeiros.

Em paralelo aos fatores econômicos internos, a conjuntura externa foi igualmente favorável ao desenvolvimento econômico dos países da região. A participação das exportações da América Latina e Caribe no comércio mundial passaram de 2,61% em 2000 para 3,61% em 2007⁸. As taxas anuais das

⁷ O índice de preços de commodities do FMI aumentou 132% entre 2002 e 2007. Com o notável aumento dos preços das matérias-primas a partir de 2003, os termos de troca tornaram-se bastante favoráveis à América Latina (SANTOS, 2015).

⁸ Deve-se ressaltar alguns aspectos relevantes da participação da América Latina no comércio mundial. O primeiro é que o câmbio valorizado resultou na perda da competitividade industrial, o aumento da dependência das exportações de commodities, a elevação das importações e os déficits nas balanças comerciais. Entre 2005-2011 a América do Sul e Central perderam 19% do *market-share* nas exportações mundiais de manufaturados. As exportações de manufaturados decresceram de 58% de participação entre 1999-2003 para 44% entre 2009-2013. Entre 2000-2016, enquanto as exportações de produtos agropecuários cresceram de 17% de participação

exportações cresceram acima dos 5% (CEPAL, 2015). Ainda segundo a CEPAL (2012) a proporção de pobres na América Latina caiu de 43,9% em 2002 para 29,4% em 2011 e a de indigentes de 19,3% para 11,5% no mesmo período, evidenciando que o crescimento econômico veio acompanhado de medidas internas que visavam o estabelecimento de uma espécie de Estado de bem-estar social. De acordo com Tsounta e Osueke (2014), enquanto, no conjunto de países desenvolvidos e em quase todas as outras regiões subdesenvolvidas, houve aumento da desigualdade de renda nos anos 2000, em todos os países da América do Sul analisados, houve redução do índice de Gini⁹ (Guiana e Suriname não foram pesquisados).

Santos (2015) resume as condições que permitiram esse salto qualitativo das condições de vida da região. Em primeiro lugar, o alívio da restrição externa permitiu maior autonomia para a execução de políticas sociais eficientes; em segundo lugar, o maior crescimento econômico, combinado com a valorização da taxa de câmbio, possibilitou redução do índice de desemprego e elevação do salário real. Em terceiro lugar, o crescimento econômico liderado pelo consumo das famílias, agregando camadas da população que antes tinham um perfil de consumo restrito às suas necessidades mais básicas. Santos aponta ainda, que os fatores econômicos não podem ser dissociados da conjuntura política, em especial da manutenção dos sistemas democráticos na região nesse período e a eleição de governantes progressistas.

Fator que igualmente não pode ser ignorado no boom econômico da região nos anos 2000 foi a definitiva ascensão da China enquanto potência mundial. Enquanto a participação da agricultura na pauta exportadora dos países da América Latina para a China foi de 31% entre 2009-2013, as exportações de produtos oriundos da extração foram de 56%, no mesmo período (CEPAL, 2015). Segundo a CEPAL (2012) a elevada demanda da China e de outras economias emergentes fizeram que, desde o início dos anos 2000, os preços dos produtos básicos exportados pela região, tivessem um acentuado

para 26%, as exportações de recursos naturais cresceram de 22% para 23% (CEPAL, 2017; ESPÍNDOLA, 2019; SANTOS, 2015).

⁹ O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinada localidade. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um, sendo que o valor zero representa a situação de igualdade perfeita.

aumento, particularmente no caso dos minérios e metais. As empresas estatais chinesas de produção de petróleo como a China Nacional Petróleo Corporation (CNPC), *China Petroleum and Chemical Corporation* (Sinopec), *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC) e Sinochem, realizaram vultosos investimentos na Argentina, Venezuela, Colômbia, Equador e Peru. Na mineração, os investimentos chineses estão concentrados no Peru (ESPÍNDOLA, 2019).

A evolução da participação chinesa na economia sul-americana e mundial a partir dos anos 2000 apresentou números extraordinários, tendo sido fator decisivo na desestabilização da antiga ordem econômica. Entre 2003 e 2008, a China mais que dobrou sua participação nas importações realizadas pelos países sul-americanos, aumentando de 5,38% para 12,07%, e o valor bruto subiu mais de 700%, passando de US\$ 6,5 bilhões para US\$ 54,6 bilhões. O principal interesse dos chineses na América do Sul se focava nos recursos naturais e minerais, mas sua participação nas licitações dos governos locais cresceu de forma agressiva avançando para o setor dos serviços públicos e infraestrutura (FIORI, 2011). Destarte os grandes investimentos financeiros e estabelecimento das relações comerciais, a China se manteve a margem do processo geopolítico local, mesmo nos momentos de crises, adotando uma postura pragmática e de distanciamento ideológico.

O MERCOSUL PÓS ESGOTAMENTO DO CICLO POLÍTICO PROGRESSITA

A partir da virada da primeira para a segunda década do século XXI, contudo, o cenário econômico e geopolítico ¹⁰ passa a se alterar, e, gradativamente a enfraquecer os esforços integracionistas nas suas variadas frentes. Relativamente ao aspecto econômico, o prolongamento da crise capitalista de 2008/2009, à qual a região havia superado relativa e rapidamente a contento, levou à diminuição das exportações da região a partir de 2011/2012,

10 O Brasil - principal economia da região, viveu, entre 2003-2019, dois períodos distintos. Enquanto entre 2003-2011, o crescimento do PIB foi em média de 3,9%, entre 2011-2019, o ritmo do PIB caminhou para uma queda, resultando em taxa média de crescimento de 0,5%. Em termos per capita, entre 2003-2010, o PIB cresceu duas vezes, passando de R\$ 9,5 mil para R\$ 19, 9 mil. Já, entre 2010-2017, cresceu uma vez e meia (ESPÍNDOLA, 2019).

bem como à queda os preços das commodities no mercado mundial. Isso se refletiu, por exemplo, na reversão da tendência à valorização das moedas e da acumulação de reservas. Em 2013, os países da América Latina, excluindo o México, registraram, pela primeira vez desde 2002, perda na quantidade de reservas. Nos seis anos anteriores, o aumento médio do volume de reservas havia sido de US\$ 65,7 bilhões. O fim do boom se decorreu de forma gradativa e não síncrona, em alguns países, a desaceleração ocorreu em 2011 (Brasil); em outros, em 2012 (Uruguai e Argentina); alguns em 2013 (Venezuela); e outros, ainda, em 2014 (Chile e Peru). Outro elemento que corrobora o final de um ciclo dá-se pela análise da deterioração da conta corrente na América do Sul, a qual ocorreu pela combinação da queda dos preços das matérias-primas e da deterioração dos indicadores estruturais das contas externas (SANTOS, 2015).

As alterações de ordem econômica logo teriam reflexos no cenário político interno da região. Depois do longo ciclo de vitórias da esquerda na década anterior, o direitista Sebastian Piñera seria eleito no Chile (2010), interrompendo o ciclo de vitórias progressistas na região. Mesmo em países em que houve a continuidade dos partidos progressistas no poder, decorreram alterações em relação ao projeto mercosulista. A política externa do governo Dilma Rousseff, sucessora de Lula da Silva, manteve a América do Sul em evidência, mas sem o mesmo protagonismo presidencial de outrora, sendo a presidenta mais afeita e voltada para questões de cunho doméstico em detrimento da política externa. Os governos de Dilma Rousseff, que muito embora fossem de continuidade aos de Lula da Silva, passariam a priorizar outros fóruns de integração em nível mundial, como o BRICS¹¹, ou na busca de estreitamento das relações com a União Europeia e os EUA. Um exemplo tácito do papel brasileiro na região foi quando do golpe parlamentar que derrubou o presidente paraguaio Fernando Lugo, a atuação do Brasil se restringiu no âmbito da condenação formal do golpe e na suspensão do Paraguai do MERCOSUL, pouco tendo atuado para evitar (via serviços de inteligência e pressão diplomática) ou mesmo reverter o ocorrido, em posição muito diferente

¹¹ O BRICS é um bloco não formal de integração econômica formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Tal conjunto de países reúne as principais economias emergentes do mundo, compreendendo aproximadamente 40% da população mundial, aproximadamente 25% do PIB e mais de 15% de participação no comércio global.

à do Brasil quando do golpe em Honduras (2009), quando o país chegou a abrigar o presidente constitucional do país Manuel Zelaya em sua embaixada durante meses. Ironicamente, a própria Dilma Rousseff seria deposta anos depois em procedimento relativamente similar do qual foi vítima Fernando Lugo. No período de Dilma Rousseff no poder o Brasil adiou por três vezes a realização das eleições diretas para o PARLASUL, embora durante o seu primeiro mandato a mesma dispusesse de ampla maioria parlamentar e grande aceitação popular, podendo facilmente aprovar as pautas de seu interesse no congresso brasileiro.

Os cenários políticos internos dos países da região não podem ser dissociados da questão geopolítica. A partir da eleição de Barak Obama nos EUA, estes se voltam novamente para a prática de tutoriar a América Latina. Primeiramente há, ainda em 2009 no final do governo Bush, um golpe de Estado no modelo tradicional em Honduras, que depõe o presidente Manuel Zelaya, sequestrado por forças militares do país que o exilam na vizinha El Salvador. Embora tenha sido um evento de importância localizada, abriria as portas para uma série de intervenções posteriores. Em 2012, conforme já mencionado, o congresso paraguaio, dominado pela oposição de direita ao presidente Fernando Lugo, cassa seu mandato em um processo supostamente institucionalizado, que durou menos de 48 horas. Tratou-se de um novo modelo de golpe, sem a presença das forças armadas na rua, e sim atuando por vias supostamente legais, com a cobertura mediática necessária para legitimar tal ação.

A situação se avança, principalmente após 2015. Na Argentina há uma mudança através de eleições, no pleito de novembro de 2015 a direita neoliberal vence através de Maurício Macri e no ano seguinte se iniciam as manobras de *lawfare* buscando incriminar e encarcerar a ex-presidenta Cristina Kirchner e um conjunto de seus ex-ministros mais próximos. Ao longo do mandato do novo presidente Maurício Macri, as políticas sociais e democratizantes do período anterior são desmontadas, levando novamente o país ao empobrecimento, igualmente ele passa a reverter as políticas integracionistas em relação ao MERCOSUL e UNASUL. Nas eleições de 2019, Cristina Kirchner retorna ao poder, desta vez eleita vice-presidenta na chapa com o antigo ministro Alberto

Fernandéz. Em julho de 2020 o novo governo apresenta ao congresso argentino um projeto de lei de reforma total do poder judiciário, em clara resposta às ações golpistas de parte daquele poder instituídas nos anos anteriores.

Na Bolívia, após a chegada de Evo Morales ao poder em 2005, o país realiza uma Assembleia Constituinte que teve como grande mérito estabelecer a realidade de Estado Plurinacional, reconhecendo uma série de direitos históricos aos povos nativos. O país apresentou ao longo dos anos sucessivos crescimentos econômicos e diminuição da pobreza, mesmo em anos em que vizinhos economicamente maiores, como o Brasil, afundavam em recessão. Igualmente Evo Morales foi um entusiasta da integração regional, tendo estruturado a entrada do país no MERCOSUL. Contudo, em novembro de 2019, após ser reeleito para mais um mandato em primeiro turno, Evo Morales foi deposto em um tradicional golpe militar, se instalando um governo de extrema-direita, de caráter fundamentalista cristão e racista, com o suporte dos governos de direita da região em coordenação com serviços de inteligências estadunidenses. A ampla mobilização popular liderada através do Movimento ao Socialismo (MAS), partido político de Evo Morales, permitiu que em menos de um ano o golpe fosse derrotado, com a eleição de Luis Arce em outubro de 2020. Em meados de 2021 a nova administração começa o processo de apuração e responsabilização dos líderes do golpe.

No Brasil, após a segunda eleição da sucessora de Lula da Silva, Dilma Rousseff (em 2014), a direita passa a articular formas de retirá-la do cargo para o qual não tiveram condições políticas de alcançar pela via democrática, em um processo mais amplo de perseguição das forças políticas de esquerda pela via do judiciário com o suporte explícito das grandes empresas de comunicação, tendo a rede Globo à frente. Dessa forma, em 2016, sob uma falsa alegação de crime contábil o Congresso brasileiro rouba o mandato que Dilma Rousseff havia conquistado legitimamente, em um *soft coup d'état*, muito bem articulado entre o poder judiciário, mídia, partidos políticos de direita e suporte informacional dos EUA. Ato contínuo, os mesmos grupos promoveram a perseguição judicial via *lawfare* ao ex-presidente Lula da Silva, na tentativa desesperada de impedir seu retorno ao poder nas eleições de 2018, tendo sido o mesmo condenado sem provas e encarcerado ao arredo da Constituição por aproximadamente dezoito

meses, evitando assim a sua eleição e permitindo a chegada ao poder de um grupo proto-fascista comandado por figuras como Jair Bolsonaro e o ex-juiz Sérgio Moro, com declarado suporte dos altos escalões militares do país.

O Uruguai foi dos poucos países da região que pode ultrapassar todo o período sem os sobressaltos golpistas, teve ao longo de quinze anos três governos da moderada esquerda da Frente Ampla, e, a direita retornou ao poder no início de 2020 pela via eleitoral. É de se observar, contudo, se com o retorno ao poder não passem os grupos uruguaios de direita a se utilizar do *lawfare* como medida preventiva para evitar futuras vitórias da esquerda no país.

Na Venezuela o cenário político de todo o período foi dominado pela carismática figura de Hugo Chávez. Após o seu falecimento no início de 2013, foi eleito seu sucessor Nicolás Maduro, presidente até os dias atuais. A ausência de Chávez e a nova conjuntura regional, contudo, permitiram aos EUA e aliados na região realizar um grande cerco econômico e político ao país, totalmente ilegal à luz do direito internacional. Em tal cenário a Revolução Bolivariana segue resistindo as investidas imperialistas do norte, estreitando laços com outras nações autonomistas como a China, o Irã e a Rússia, além é claro da sua fiel parceira Cuba.

Em outros países da região não integrantes plenos do MERCOSUL o uso do *lawfare* se espalhou, no Peru os ex-presidentes Ollanta Umala e Alan Garcia, são colocadas na alça de mira, levando este último ao suicídio quando da tentativa de sua prisão. No Equador, em um processo muito similar ao ocorrido no Brasil, o vice-presidente Jorge Glass é condenado e preso sem provas. O ex-presidente Rafael Correa teve que se auto exiliar na Bélgica para não ter o mesmo destino que o seu antigo vice.

Dentre as muitas variáveis em cada país da região, há alguns elementos presentes nos golpes tradicionais e híbridos a partir de 2012: atuação da mídia hegemônica contra a esquerda e os políticos em geral; pauta conservadoras dos costumes, encampada por igrejas evangélicas de variadas denominações; a ação de parcela considerável do poder judiciário em perseguição seletiva contra políticos progressistas; e, ação de suporte ou coordenação a partir das múltiplas agências de informação estadunidenses: como o Departamento de Estado dos

EUA¹², CIA - Central de Inteligência dos EUA e DEA – *Drug Enforcement Administration*.

A estratégia de golpe parlamentar, híbrido ou não militar, é mais antiga do que a sua prática a partir desta década. Mier (2017) esclarece que a estratégia foi formulada ainda início dos anos 2000, no denominado Projeto Gênesis da CIA. O objetivo da CIA era de fomentar um “golpe suave” em Cuba, utilizando um aplicativo, parecido com Twitter, para gerar descontentamento com o governo cubano e, através do financiamento e capacitação para artistas, estudantes e professores (utilizando-se de ONG’s) criar um partido de oposição de falsa esquerda. Tal tática seria praticada, parcial ou totalmente, na Venezuela, Irã e Líbia (nesta última com sucesso). Uma estratégia-chave do “golpe suave” é solapar os pilares de um governo até que ele imploda, gerando caos, deixando a impressão de que o governo havia sido derrubado por seu próprio demérito, e não a partir de uma ação coordenada interna e externamente.

As motivações dos EUA para derrubar os governos de esquerda da América Latina eram e são múltiplas: perda de mercado para a China; nacionalização dos hidrocarbonatos (Argentina, Bolívia, Venezuela); a descobertas das megas reservas de petróleo nas camadas de pré-sal no Brasil¹³; os projetos de integração do MERCOSUL, UNASUL e CELAC, que gradativamente esvaziavam o poder de intervenção dos EUA na política interna dos países latinos; o avanço da Argentina e Brasil (principalmente) no comércio exterior com África e Ásia, avanço esse que se deu além das commodities agregando setores como a construção civil, engenharia petrolífera e aviação.

¹² Vale citação ao caso mais notório e de alcance global que corrobora tal afirmação. Em 2013, os documentos divulgados por Edward Snowden, ex-analista contratado pela NSA, comprovam a espionagem da então presidenta Dilma, assessores, ministros e diretores da Petrobrás. A resposta da presidente foi de denúncia na Assembleia da ONU e cancelamento de sua viagem agendada aos EUA. Após o pedido formal de desculpas do presidente dos EUA, Barack Obama, Dilma amenizou o tom das suas críticas (SILVA JÚNIOR, 2014).

¹³ Anunciada em 2007, a descoberta do pré-sal inseriu de vez o Brasil no mapa da geopolítica do petróleo, com a perspectiva de colocar o país como um exportador relevante deste combustível. Desde a descoberta das reservas de petróleo no pré-sal, a Petrobrás era um alvo direto da guerra jurídica articulada pelo imperialismo norte-americano e setores da classe dominante brasileira em nome do “combate à corrupção”. No Brasil, a política do governo de promover o avanço da oligopolização da economia nacional, mediante relações privilegiadas com o governo, gerava fissuras e disputas políticas, econômicas e regionais interburguesas. Já para os EUA, era fundamental abrir mais mercados às corporações norte-americanas para a exploração do pré-sal e outros setores econômicos no Brasil, na América Latina e África (FERNANDES, 2019).

Para além das motivações econômicas, o desenvolvimento e diminuição das desigualdades na região poderia ter consequências internas nos EUA. E se os norte-americanos começarem a exigir que, como no Brasil, as universidades fossem 100% gratuitas? E se eles demandarem que a comida das merendas escolares seja comprada exclusivamente dos pequenos agricultores, como é no programa de aquisição de alimentos brasileiro? Se demandassem gasolina a valores figurativos como na Venezuela? E se as populações nativas demandassem um Estado plurinacional, como na Bolívia? O fato que a região na sua generalidade estivesse se desenvolvendo ao não seguir as dracônicas fórmulas do FMI/Banco Mundial era uma afronta ao Consenso de Washington e seu dogma da TINA - Não há alternativa/*There Is No Alternative* (MIER, 2017).

O golpe no Brasil teve, pois, uma função mais ampla para além do seu próprio território. Ao desestabilizar a principal economia da região se enfraqueceria por certo os projetos integracionistas em curso na América Latina, em especial o MERCOSUL e UNASUL. Ao mesmo tempo, estaria se atacando o elo mais fraco e próximo do BRICS, igualmente do interesse dos EUA. Tal qual os países da região, o BRICS também representa uma alternativa às políticas do FMI e Banco Mundial, através do estabelecimento do seu banco de desenvolvimento e da exclusão do sistema FMI / Banco Mundial nas suas relações com países terceiros (ESCOBAR, 2016; SILVA, 2018).

O modelo de *lawfare* praticado dentro da guerra híbrida seria implementado no Brasil a partir de 2013, após uma série de manifestações populares com motivação difusas que iam desde o “combate à corrupção” à contrariedade por o país sediar nos anos seguintes a Copa do Mundo da FIFA e as Olimpíadas de Verão. No bojo de tais atos a então presidenta Dilma Rousseff sancionaria um conjunto de leis supostamente “anticorrupção” que seriam os alicerces da futura operação “Lava Jato”: criou acordos de leniência para empresas; a lei de organizações criminosas; e, a base da operação, a chamada “colaboração premiada”.

Korybko (2018), ao estudar as situações da Síria e Ucrânia, sustenta que existe um novo padrão de intervenção dos EUA para alterar governos não tão alinhados aos seus interesses, chamado por ele de “guerras híbridas”. As guerras

híbridas combinariam revoluções coloridas¹⁴ (manifestações de massa e caos social), utilizando as novas redes e mídias como principal instrumento de mobilização contra governos, para aplicação de guerras não convencionais contra os inimigos, através de meios midiáticos, jurídicos e até do armamento de grupos fundamentalistas e neofascistas (FERNANDES, 2019).

Os impactos da Operação Lava Jato não se limitariam ao Brasil, mas avançam por toda a região, levando um processo indiscriminado de perseguição política disfarçada de processos jurídicos “contra a corrupção” que possibilitariam tentativas (algumas efetivadas) de prisão ou inabilitação eleitoral das principais lideranças progressistas da região: Lula da Silva, Rafael Correa, Jorge Glass, Cristina Kirchner, Evo Morales. No caso venezuelano, dada a impossibilidade de derrocar a Revolução Bolivariana, os EUA chegaram ao limite do ridículo, ao desconhecer o governo legítimo do país e passar a tratar como chefe de Estado um desconhecido deputado de oposição, para além de anunciar recompensas em dinheiros pela captura das principais lideranças chavistas e sequestrar bens e recursos financeiros venezuelanos nos EUA e na Europa.

A Lava Jato brasileira e seus tentáculos pela região não se restringiriam ao âmbito da perseguição política, ocasionando um complexo e acelerado processo de desmonte, desnacionalização, desestruturação produtiva das economias nacionais e o reforço da hegemonia das atividades financeiras no processo de acumulação, reabrindo mercados para empresas dos EUA na América Latina, Ásia e África (FERNANDES, 2019). Se nas décadas de 1960/1970, o que acontecia eram golpes de Estado, em geral perpetrados pelas Forças Armadas num momento determinado, o chamado dia “D” agora se passou à uma nova estratégia, em que um processo vai se impondo de maneira gradual e pouco perceptível. Esse contínuo “incrementar” se dá, em segundo lugar, supostamente por dentro das leis, e não aparece como uma ruptura constitucional. Uma terceira característica: ele é comandado por líderes

¹⁴ A geopolítica fundada nas revoluções coloridas, com início nos incidentes da Praça Tienanmen de 1989 e que, reproduzida em tantos lugares (Ucrânia, Síria, Iugoslávia), leva a efeito um combate “com armas psicológicas, sociais, econômicas e políticas”, mas partindo sobretudo do “pressuposto da centralidade da guerra psicológica” (LOSURDO, 2010; SILVA, 2018).

políticos democraticamente eleitos, excetuando-se o já mencionado caso da Bolívia (SINGER, 2020).

O modelo brasileiro de *lawfare* aliado à campanha mediática contra os partidos e políticos progressistas, tendo ainda como base “social” grupos organizados de extrema-direita, muitas vezes vinculados a igrejas evangélicas ou católicas, foi baseado na figura do ex-juiz Sérgio Moro. Desde antes do início da operação “Lava Jato” e durante a mesma, foram constantes as viagens do referido senhor aos EUA, a título de realização de cursos, *workshops* ou palestras. Ele, por duas vezes, fez cursos nos Estados Unidos em grandes institutos. No primeiro deles, em 1997, Moro realizou um treinamento por 30 dias na *Harvard Law School*. Um pouco depois, se tornou o principal juiz no bilionário caso de desvios e lavagem de dinheiro que envolveu o banco Banestado (Paraná), que terminaria sem chegar aos grandes responsáveis pelo escândalo, com íntimas relações à políticos de destaque do PSDB. O treinamento mais importante, no entanto, ocorreu em 2007, quando Moro foi bolsista no Departamento de Estado dos Estados Unidos. Ali, ele participou como convidado do renomado “*International Visitor Leadership Program*”, programa de intercâmbio dos EUA dedicado à iniciação de líderes estrangeiros sobre cultura, diplomacia e interesses geopolíticos dos Estados Unidos (COIMBRA, 2018).

As evidências da atuação firme e direta dos EUA na desestabilização política e promoção de golpes e perseguições judiciais à governantes e antigos governantes de esquerda na América Latina são cada vez mais explícitas. O caso mais recente, em novembro de 2019 na Bolívia, é sintomático. Os grupos opositores armados passaram a sequestrar familiares de integrantes do governo em uma ação claramente coordenada e bem-informada, sobre onde moravam, onde trabalhavam, onde estudavam. Em entrevista ao jornalista Glenn Grenwald, em dezembro de 2019, o ex-presidente Evo Morales foi taxativo ao afirmar que há “essa nova conspiração, assim como houve contra Dilma, assim como houve contra Correa (no Equador), ou na Argentina, é como outra Operação Condor, não mais encabeçada por militares, ainda que com a participação deles”, relatou (THE INTERCEPT, 2019).

A crescente presença chinesa na América Latina, em que pese se dar sob a forma de relações comerciais, por certo gradativamente veio prejudicando os interesses dos EUA “no seu quintal”. Se antes tais disputas estavam mais discretas, a partir do desencadeamento das guerras híbridas entre 2015/2016 se tornam cada vez mais explícitas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Argumentou-se que a construção do PARLASUL se vincula estreitamente ao desenvolvimento do MERCOSUL, sendo necessário estudar o segundo para compreender adequadamente o primeiro. O PARLASUL é refém do forte intergovernalismo que de fato regula o bloco do qual faz parte. Quando comparado à anterior CPC, a criação do PARLASUL se demonstrou um avanço na descentralização dos órgãos mercosulinos, contudo, ficando ainda o caráter decisório a cargo dos chefes de Estado dos seus membros. A eleição direta de todos os integrantes para a composição do PARLASUL, quando e se efetivada, poderá se converter em um divisor de águas na história da instituição.

Demonstrou-se que para a compressão dos avanços e recuos do PARLASUL e o MERCOSUL, um conjunto de fatores devem ser analisados. Tais elementos presentes ao longo da primeira década e meia do século XXI que destacamos: eleição de governos de progressistas com agenda integracionista; conjuntura econômica externa favorecendo as exportações de produtos da região; conjuntura econômica interna de diminuição das desigualdades e aumento do poder de compra das classes trabalhadoras; ação indutora do Estado na economia; ação menos explícita do imperialismo estadunidense durante os mandatos de George. W. Bush; a ascensão da China enquanto potência global. Tal conjuntura possibilitou avanços até então inéditos no MERCOSUL, dentre eles a criação do PARLASUL enquanto instância que deveria trazer a legitimidade democrática ao bloco, bem como para a consolidação de outros projetos de integração não apenas do América do Sul, mas da porção Latina do continente como um todo.

Sintetizou-se que o mesmo intergovernalismo e conjunto de fatores que favoreceram o desenvolvimento do bloco ao longo de quase quinze anos, quando pendulado na direção contrária podem promover retrocessos, como a exclusão

ilegítima da Venezuela do bloco, a ocorrências de golpes híbridos e militares; os retrocessos econômicos e sociais; a subserviência aos ditames dos EUA; a suspensão das eleições diretas para o PARLASUL. Tais recuos não apenas retardaram o processo integracionista, como permitiram que grupos proto-fascista ascendessem ao poder na Bolívia (por apenas 10 meses) e no Brasil, e, permitissem um cerco econômico a diplomático à Venezuela.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Mônica. América Latina na aurora do século XXI: por uma busca de consensos ativos. **Ciência Geográfica Bauru**, Bauru, v. 19, p. 16-23, jan/dez. 2015. Disponível em: http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXIX_1/agb_xix1_versao_internet/Revista_AGB_dez2015-02.pdf. Acesso em 08 jul. 2021.
- BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**. v. 45(2) p. 135-146, 2002.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE. Perspectivas do Comércio Internacional da América Latina e do Caribe: Recuperação num contexto de incerteza. Documento Informativo. Santiago: Cepal, 2017.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE. Estudo econômico da América Latina e do Caribe. Documento Informativo. Santiago: Cepal, 2015.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE. Panorama social da América Latina e Caribe. Documento Informativo. Santiago: Cepal, 2012.
- COIMBRA, Carlos. **Documentando os EUA no golpe de 2016 – parte 1**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://patrialatina.com.br/documentando-os-estados-unidos-no-golpe-de-2016-parte-1/>. Acesso em 7 jul. 2021.
- DESIDERÁ NETO, Walter Antonio (Org). O Brasil e novas dimensões da integração regional. **Revista do IPEA**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.
- ESCOBAR, Pepe. **Império do Caos**. Rio de Janeiro: Revan, 2016.
- ESPÍNDOLA, Carlos José. Considerações sobre os determinantes do desenvolvimento econômico da América Latina: dos anos de 1980 ao início do século XXI. **Revista Pantaneira**, Aquidauana-MS, v. 16, pag. 28 - 42, 2019.
- FERNANDES, Luís Eduardo. Ofensiva imperialista e políticas públicas anticorrupção no Brasil. **Entropia**, São Paulo v. 3, n. 6, p. 180/199, out. 2019.

Disponível em: <http://entropia.slg.br/index.php/entropia/article/view/141>. Acesso em 01 jul. 2021.

FIORI, José Luís. Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana. **Textos para Discussão CEPAL-IPEA**, Brasília, 2011.

FIORI, José Luís. **História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

GONÇALVES, Reinaldo. Liberalização econômica, desigualdade e pobreza na América Latina no século XXI. Os modelos de desenvolvimento econômico fazem alguma diferença? **Texto para Discussão Instituto de Economia – UFRJ**, n. 01, Rio de Janeiro, 2017.

LEÃO, André Pimentel Ferreira. Política Externa Brasileira para a América do Sul: uma análise comparada entre os primeiros mandatos dos governos Lula e Dilma. **Boletim de Economia e Política Internacional**, n. 22. Jan./Abr. 2016.

LOSURDO, Domenico. **La lotta di classe: Una storia politica e filosofica**. Roma-Bari: Laterza, 2013.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas: das Revoluções Coloridas aos Golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MAMIGONIAN, Armen. Qual o futuro da América Latina? In ARROYO, Monica (org.). **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires: Ed. Clacso, 2006.

MERCOSUL. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/>. Acesso em 08 jul. 2021.

MIER, Brian. **The US & Brasil's Coup of 2016**. 2017. Disponível em: <https://www.brasilwire.com/us-brasil-coup/>. Acesso em 30 jun. 2021.

MUNHOZ, Dércio Garcia. América Latina ortodoxia econômica e dependência financeira. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 6(1) p. 7-23, 2002.

PARLAMENTO DO MERCOSUL. Montevideo. Disponível em: <https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/v/13017/2/parlasur/parlasul---pagina-principal.html>. Acesso em 08 jul. 2021.

PASTI, André; SILVA, Adriana Bernardes da. O mercado de capitais e os círculos de informações financeiras no território brasileiro. **Confins** [Online], n. 19, 2013, Disponível em: <http://confins.revues.org/8653>. Acesso em 08 jul. 2021.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **Política externa brasileira: discursos, artigos e entrevistas (2011-2012)**. Brasília: FUNAG, 2013.

POZZO, José del. **História da América Latina e do Caribe: dos processos de independência aos dias atuais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

SANTOS, Bruno Galvão dos. O ciclo econômico da América Latina dos últimos 12 anos em uma expectativa de restrição externa. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, n.43, p. 205-251, jun. 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SILVA, Marcos Aurélio da. Brasil, a Antessala do Golpe: reformismo fraco, crise orgânica e geopolítica mundial. **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas**, v. 12 (3), p. 85-107, 2018.

<https://doi.org/10.21057/repamv12n3.2018.31380>. Acesso em: 30 jul. 2021.

SILVA JÚNIOR, Altamiro. **Site nos EUA oferece recompensas por denúncias contra a Petrobrás**. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/governanca,site-nos-eua-oferece-recompensa-por-denuncias-contr-a-petrobras,1587849>. Acesso em 10 jul. 2021.

SINGER, André. **Autoritarismo furtivo**. 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/autoritarismo-furtivo/>. Acesso em 30 jun. 2021.

THE INTERCEPT. **Entrevista exclusiva com Evo Morales**. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/12/16/entrevista-evo-morales-bolivia-glenn/>. Acesso em 29 Jun. 2021.

TSOUNTA, Evridiki; OSUEKE, Anayochukwu. What is Behind Latin America's Declining Income Inequality? **IMF Working Paper**, Jul. 2014. p.14/124.

Recebido em 02 de Dezembro de 2021
Aceito em 23 de Junho de 2022